



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



**ATA nº 06/2022**

Bauru, 24 de junho de 2022

Aos vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, de forma presencial, no Centro de Educação Ambiental do Horto Florestal de Bauru, localização à Avenida Rodrigues Alves, 35-28, Jardim Guadalajara, reuniram-se ordinariamente os conselheiros: Sidnei Rodrigues e Gilda Scalfi – SEMMA; Ana Elisa Moura Talon - SEPLAN; Otaviano Pereira – SAGRA; Daniel Godoy Tarcinali - SMS; Sirlei Cardoso - SME; Marcelo Makino - EMDURB; Carlos Alberto Rino - DAE; Renato Delgado - CATI; Bruna Arantes Parrera Pinto - DAEE; José Paulo Braga Sampaio - Fundação Florestal; José Aparecido dos Santos - AGB; José Ricardo Carrijo – Instituto Vidágua; Adriano Evandir Marchello - Unisagrado; Ricardo Crepaldi - Abes; Ricardo Coube - Ciesp e; Eusébio Giraldes De C. Júnior - Asten. Também estiveram presentes: Levi Momesso - Secretário Municipal do Meio Ambiente; Roldão Antonio Pucci Neto e Rafael Rosalin - SEMMA; Fernanda Garcia Namen - DSC/DVA; Fátima Ap. Ferre - assessora do vereador Manoel Losila. Justificaram a ausência: Siomony Silva Coelho - OAB; Maria Izabel Medeiros - Apta e; João Carlos Herrera - Assenag. Foram tratados os seguintes assuntos: **1. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente; 2. Andamento do processo para o edital do PAPP; 3. Processos Administrativos Semma nº 117404/21, 123068/21 e 124577/21, referente a podas drásticas; 4. Solução para os Resíduos de Construção Civil; 5. Revitalização da Praça Rui Barbosa; 6. Outros assuntos.** A reunião foi iniciada às 9h25 (nove horas e vinte e cinco minutos) em segunda chamada pelo vice-presidente, Sr. Carrijo, uma vez que a Sra. Simony justificou ausência por motivos de saúde. Sr. Carrijo agradeceu a presença de todos, a presença da Sra. Fátima, representante do vereador Manoel Losila, e passou ao primeiro item da pauta. **1. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente** - Sr. Ricardo, membro do Conselho Fiscal do FMMA e responsável pela manutenção da planilha de acompanhamento, a projetou e explicou que não houveram entradas na conta 46-6 (quarenta e seis, seis), mas que isso é um problema administrativo da Secretaria de Finanças porque nem sempre os valores entram no mês em que se faz o fechamento, o que faz com que o mês seguinte registre duas entradas, mas isso não é problema a menos que se passe mais de um mês sem registro de entrada. Explicou que os valores entram na conta da Prefeitura em um “grande bolo”, um valor geral sem especificações e a partir daí são feitas as separações, inclusive a que vai o FMMA e que o principal motivo para esse processo é que assim há menos taxas bancárias. Existem três fundos de aplicação no FMMA, sendo um deles um pequeno que é só de passagem, lembrando que existe um valor congelado na conta que é devido à Ascam e está, neste momento, em processo judicial. Sr. Carrijo lembrou que pode ser que esse dinheiro retorne para o fundo a depender da decisão judicial final, que pode ser pelo pagamento à Ascam ou não. Sr. Ricardo informou que neste mês houve uma receita de R\$ 24.815,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e quinze reais) de entradas de rendimentos



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



financeiros e assim, o Fundo totaliza hoje R\$ 2.513.238,57 (dois milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), sendo que desse valor, cerca de R\$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil) estão num fundo de investimento, um pequeno saldo de R\$ 190,76 (cento e noventa reais e setenta e seis centavos) num fundo de passagem e, o fundo maior da conta 152-7 (um, cinco, dois, dígito sete) com R\$ 2.263.676,36 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos). Contou que foi conversado junto ao Secretário de Finanças sobre a possibilidade de se colocar em aplicações mais adequadas para que o dinheiro do fundo renda mais e também porque não pode ficar tudo numa conta só, acrescentou que faz pouco tempo que o Conselho Fiscal descobriu que a balança também faz parte do rendimento, contando que na plenária passada foi exposto a visita que o Conselho realizou à balança, inclusive a situação e as necessidades de melhorias que foram identificadas, entre elas o fato de que os pagamentos são feitos em dinheiro que é contado e enviado em envelope para a Secretaria - é feito todo o registro do dinheiro ao longo do mês, que por sua vez é catalogado e depositado na conta central da Prefeitura, pela Secretaria de Meio Ambiente. Contou que o Conselho conversou com o Secretário de Finanças no dia anterior à presente reunião, quando apontaram para o fato de que no ano passado havia entradas de valores da balança no Fundo, mas que desde janeiro deste ano não há entradas de valores registradas no Fundo, apesar de existir registro de utilização da balança e recolhimento de valores enviados a Finanças. Acrescentou que o Secretário explicou que no final do ano houve mudança do sistema e procedimentos de recolhimento dos valores para as contas e que ele ficou que retornar o mais rápido possível ao Conselho Fiscal as informações sobre esse dinheiro da balança; contou que o valor que entra pela balança é de aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no ano, que independentemente de ser pouco, é do Fundo e deve ir para o Fundo. Contou que também foi conversado com o Secretário de Finanças e com o Sr. Levi, Secretário do Meio Ambiente, é que o COMDEMA não acha adequado de nenhuma maneira o trâmite de dinheiro público em espécie, situação a qual o Secretário de Finanças informou já estar sendo tratada, pois se está elaborando de formal legal o processo de pagamento por meio de pix e boleto, não mais em espécie; e também a necessidade de a balança ser conhecida pela população e assim aumentar a arrecadação do fundo. Sr. Renato questionou se o trâmite em dinheiro ainda irá acontecer após a regulamentação por pix uma vez que nem todos o utilizam e o Sr. Otaviano explicou que o ideal é que nesses casos o recolhimento aconteça antes por boleto, uma vez que a taxa da balança é fixa em R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), independentemente do peso medido na hora; e o Sr. Ricardo acrescentou que a maioria de quem utiliza a balança é pessoa jurídica, mesmo o pessoal que trabalha com recicláveis; e Sr. Carrijo contou que a proposta do COMDEMA é a mudança total do processo porque é inconcebível o uso de dinheiro em espécie em qualquer órgão público e que foi conversado como Sr. Levi a necessidade de se provocar a SEMMA para que ocorra essa mudança, é preciso uma pesquisa para saber como a balança foi implementada, legalmente falando, para que se possa mudar o processo, mas que isso foge da competência do COMDEMA. Sr. Sidnei comentou que sempre vai ter aquele que vai querer pagar em espécie,

M



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



assim como ocorreu com o Zoológico, então é importante ter essa situação excepcional em mente; e o Sr. Carrijo acrescentou que no caso da balança é simples fazer porque o valor é fixo, então se a pessoa quer pagar em dinheiro, ela paga o boleto primeiro e vai pesar com o comprovante em mãos. Sr. Ricardo disse que a única competência do COMDEMA nessa situação é oficiar a Secretaria do Meio Ambiente - o Sr. Carrijo informou que será oficiada a Prefeita - para que possa proceder à correção dessa situação porque o poder público precisa ser provocado para agir, segundo explicou a eles os Secretários da SEMMA e de Finanças. Sr. José Aparecido perguntou qual a média de pesagens e o Sr. Carrijo respondeu que em janeiro se arrecadou R\$ 1.027,00 (mil e vinte e sete reais) e fevereiro R\$ 1.029,00 (mil e vinte e nove reais) e os meses de março a maio tiveram arrecadação aproximada a esses valores, o que dá em média 50 (cinquenta) pesagens ao mês, e Sr. Ricardo acrescentou que dá em mês de 30 a 50 (trinta a cinquenta) pesagens ao mês, mais ou menos 2 a 3 (duas a três) pesagens por dia. Sr. Sidnei explicou que a balança, hoje, não tem o objetivo de prestar o serviço, é um opcional tendo sido instalada para utilização interna da Prefeitura, mas como foi identificada a necessidade da população foi aberta para seu uso. Sr. Carrijo explicou que por isso existe o problema de que nem o DAE nem as empresas que são fornecedoras da Prefeitura pagam pelo uso da balança; e o Sr. Sidnei explicou que os fornecedores entregam pesado para a Prefeitura e o Tribunal de Contas entende que a Prefeitura tem dever de confirmar, fiscalizar o que está sendo entregue, então o custo dessa pesagem tem de ser do município mesmo, acrescentando que a SEMMA está abrindo processo para que a balança seja digital, inclusive para facilitar o serviço pois a balança mecânica dificulta de muitas maneiras, até mesmo para conseguir manutenção. Sr. Carrijo encerrou o assunto afirmando que o importante é aumentar a arrecadação do fundo e garantir a transparência, passando ao próximo item da pauta.

**2. Andamento do processo para o edital do PAPP** - Sr. Carrijo passou a palavra à Sra. Gilda para falar do andamento do edital do PAPP. A conselheira lembrou que na última reunião ficou decidido já o CTAP, necessário para a execução do edital, e que na última sexta-feira foi feita reunião com a Sra. Simony, presidente do COMDEMA, e a Sra. Fernanda, membro do CTAP para assuntos administrativos e que na reunião já marcaram a Audiência Pública para o dia 07 de julho de 2022, às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos) na sede da Secretaria de Meio Ambiente, assim o pessoal da imprensa municipal já elaborou um convite, o qual a conselheira compartilhou com os demais presentes. Comentou sobre os prazos para publicação e demais etapas, salientando a necessidade da CTAP trabalhar desde já com a revisão do edital e a Sra. Sirlei confirmou que já tem reunião da Comissão marcada para o próximo dia 30 (trinta) e perguntou porque o horário das 18h30, o que foi respondido que precisa ser após expediente para que a população possa participar. Sr. Otaviano comentou que poderia ser conversado com o pessoal do carro de som que está fazendo a propaganda do Cidade Limpa para anunciar a audiência, já que o Cidade Limpa acaba dia 30. Sr. Levi comentou que a divulgação pode ser feita pela SEAR e pela SEBES também e a Sra. Gilda acrescentou que o convite será encaminhado à imprensa. Sra. Sirlei também comentou que talvez o local seja ruim para a população localizar, Sr. Ricardo perguntou se não seria possível tentar no teatro; Sr. Levi comentou que a Câmara seria uma opção e Sr. Carrijo

M



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



comentou que na reunião tem um representante da Câmara. Sr. Sirlei comentou que a Câmara é mais viável para circulação de ônibus e acesso à população que a SEMMA, sugerindo também o auditório da prefeitura, sugestão com a qual Sr. Carrijo concordou. Sra. Sirlei comentou que a população não aparece muito, ainda mais se for muito longe, contando que na escola em que trabalha só dá público porque é assunto do bairro tratado no bairro e o Sr. Ricardo comentou que ainda terá a divulgação na imprensa e que isso que dá resultado porque o valor do dinheiro a ser trabalhado é alto e talvez isso chame a atenção da mídia. Sra. Sirlei lembrou que o que mais precisa chamar a atenção são os critérios de avaliação. Sr. Carrijo comentou que já foi bastante discutido antes da pandemia e portanto o edital está amadurecido, mas que é preciso sim ser rediscutido porque a realidade muda. Sra. Fátima contou que na Câmara provavelmente não será possível porque não se tem autorizado nada após a 18h (dezoito horas) para não gerar horas extras. Sr. Ricardo perguntou à Sra. Gilda se seria possível verificar no auditório da Prefeitura e a conselheira comentou que foi cogitado no dia da reunião, mas chegou-se à conclusão que o espaço é muito pequeno para o público esperado; Sra. Fátima comentou que a Câmara não é muito maior que lá. Sr. Sidnei concordou que no aspecto da localização o teatro seria uma opção melhor, mas foi comentado que recairia na mesma questão das horas extras da Câmara. Sra. Gilda comentou que o teatro é muito grande e daria a impressão de não ter ninguém, pois se espera um público de cerca de 50 (cinquenta) pessoas, o que é um número bom para o conselho. Assim, após alguns momentos de debate, ficou decidido que o Sr. Levi irá verificar a possibilidade de utilização do auditório na sede da prefeitura e, caso não seja possível, permanecerá a realização na SEMMA conforme já está marcado. Em seguida, Sra. Gilda explicou sobre a instalação do Centro de Educação Ambiental no Horto e as atividades que serão desenvolvidas, informando que o foco será sobre resíduos; Sra. Sirlei perguntou se seria possível incluir a posse responsável de animais domésticos nesse trabalho de educação e o Sr. Levi explicou que a SEMMA passará a ter um departamento específico sobre causa animal e a criação desse departamento já está sendo discutido na Câmara. Sr. Sidnei levantou o apontamento de que, até então, a questão animal era tratada junto à Secretaria de Saúde mas que agora será tratado como causa de meio ambiente, uma vez que o departamento vai para SEMMA, então não vê sentido na existência de dois conselhos: conselho de meio ambiente (COMDEMA) e conselho de defesa animal (COMUPDA). Assim, sugeriu que a discussão da possibilidade de transformação do COMUPDA em Câmara Técnica do COMDEMA e o Sr. Carrijo disse que é necessário ver a questão legal da lei que instituiu o conselho e se analise essa possibilidade. Sr. Gilda informou que à Sra. Sirlei que há o interesse de incluir o Centro de Educação Ambiental do Horto no PMEA (Programa Municipal de Educação Ambiental) e, em seguida, Sr. Carrijo passou ao próximo item da pauta. **3. Processos Administrativos Semma nº 117404/21, 123068/21 e 124577/21, referente a podas drásticas** - Começou informando que se trata da aprovação ou não dos pareceres de três processos, todos referentes à poda drástica - os processos nº 117.044/2021 (cento e dezessete mil e quarenta e quatro de dois mil e vinte e um), nº 123.068/2021 (cento e vinte e três mil e sessenta e oito de dois mil e vinte um) e nº 124.577/2021 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e sete



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



de dois mil e vinte e um) - passou a palavra à Sra. Ana Elisa que é membro da Câmara Técnica de Arborização e participou da elaboração dos pareceres. A conselheira explicou que foram considerados improcedentes os recursos no mesmo sentido que já tem ocorrido e explicado nas reuniões anteriores de que se troca o valor da multa por sugestão de doação de mudas ao viveiro municipal a critério do Secretário do Meio Ambiente, e que a improcedência do recurso ocorre porque na própria defesa os munícipes alegam que fizeram o corte, mas a árvore já cresceu de novo, ou que não sabiam que podia fazer a poda dessa forma, situações muito recorrentes como já se tem deixado claro nos recursos analisados ao longo do ano pela Câmara. No primeiro processo analisado, a defesa foi exatamente a de que a árvore já havia crescido novamente, o que a Câmara entende que não exclui o fato de que foi objeto de poda drástica. Acrescentou que na maioria das vezes é o próprio munícipe que faz sua defesa de próprio punho e reforçou a necessidade, já apresentada na reunião anterior, de que a SEMMA atualize toda a legislação de arborização e reforce os trabalhos de educação nesse sentido. Sr. Carrijo continuou informando que o parecer da Câmara ao primeiro processo, nº 117.044/2021 (cento e dezessete mil e quarenta e quatro de dois mil e vinte e um) referente à poda drástica de uma oiti, é pela improcedência pelos motivos já explicados, colocando-o em votação. Foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes - 15 (quinze) conselheiros -, tendo manifestação contrária apenas o Sr. Ricardo Coube, o qual justificou seu posicionamento pelo fato de que uma coisa é a penalidade e outra é o parecer, está sendo votado o parecer da situação apresentada e ele não concorda com a penalidade que aplicada. Sr. Carrijo passou ao segundo processo, nº 123.068/2021 (cento e vinte e três mil e sessenta e oito de dois mil e vinte e um), caso semelhante mas referente à uma quaresmeira, no qual o recurso alega que na data da autuação a árvore já havia se regenerado. Sr. Rino perguntou se a alegação deste recurso era o mesmo do anterior e o Sr. Carrijo respondeu que sim, informou que a Câmara Técnica também julgou improcedente e colocou em votação, sendo aprovado por todos os conselheiros presentes. Por fim, apresentou o processo nº 124.577/2021 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e sete de dois mil e vinte e um), no qual foi identificada a poda drástica realizada por pessoa não qualificada resultando na remoção de galhos primários, secundários e terciários. Sra. Ana Elisa explicou que neste caso foram identificadas duas árvores no mesmo processo e por isso resultou numa multa maior e maior quantidade de mudas. Sr. Renato questionou o que muda o valor das multas e o Sr. Ricardo explicou que de acordo com a lei municipal o tipo da árvore importa um valor de multa e o Sr. Carrijo lembrou que a aprovação do parecer apenas vai como sugestão ao Secretário do Meio Ambiente que é quem decide pela aplicação da multa ou conversão em doação de mudas. Colocado em votação, foi aprovado pelos conselheiros presentes. **4. Solução para os Resíduos de Construção Civil** - Sr. Carrijo abriu o assunto comentando que todos sabem que o município tem sido penalizado pela CETESB por conta da situação da disposição de resíduos da construção civil e a discussão sobre as responsabilidades da gestão desses resíduos foi parar no Ministério Público, assim há alguns meses existe um debate entre a SEMMA e Asten, dado que o volume de resíduos é muito grande e pela necessidade de uma solução. Contou que recentemente a Assenag tomou a iniciativa de





## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



organizar um debate, em que estiveram presentes diversos setores do município - SEMMA, SAGRA e outros -, a Asten e o COMDEMA, e foram apresentadas alternativas para solução do problema, entre elas britar as pedras, fazer a separação e utilizar esse material para recuperar estradas e ruas na cidade. Considerando que há 387km (trezentos e oitenta e sete quilômetros) de estradas na área rural, isso seria bom porque geraria economia para o município e possibilitaria à população dar destinação adequada a esses resíduos. Acrescentou que o COMDEMA ficou de conversar com algumas empresas para verificar se há o interesse nesse processo e, assim nesta semana foi conversado com o pessoal da DURATEX que demonstrou interesse em conversar com o Sr. Secretário do Meio Ambiente sobre o início do processo de absorção de uma parte desses resíduos. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Eusébio, representante da Asten, o qual contou que a Associação de Transportadores de Resíduos da Construção Civil está provisoriamente administrando uma área do poder público onde é levado todo esse material recolhido diariamente na cidade, o qual é processado e que, por força de um acordo que esteve vigente até o dia 26 (vinte e seis) de maio passado, era colocado um equipamento para britar o material e assim, depois de beneficiado era doado ao município e, embora o acordo já tenha expirado, ainda é feito esse trabalho. Acrescentou que posteriormente a SEMMA deve apresentar uma licitação ou chamamento público para ver qual empresa irá seguir com esse trabalho e que, hoje a associação recolhe 200 (duzentas) caçambas de 4m<sup>3</sup> (quatro metros cúbicos) ao dia, o que é quase duas vezes o que é recolhido de resíduos sólidos urbano. Sr. Carrijo perguntou desde quando existe esse acordo da Asten com a Prefeitura e o Sr. Eusébio respondeu que esse serviço pela Asten começou em 2014 (dois mil e quatorze) na área cedida por termo de acordo para a associação, mas não havia o processo de beneficiamento do material e em agosto do ano passado foi postulado um acordo com anuência do Ministério Público de que a Asten, nesse período de transição de 180 (cento e oitenta) dias, alugasse um equipamento para fazer a britagem do material que ficaria à disposição da Prefeitura, e é isso que está sendo feito. Agora o acordo acabou e a Prefeitura deveria ter esse licitação já pronta para dar sequência no trabalho, mas sob orientação da SEMMA a Asten continua lá. Sr. Renato questionou se a Prefeitura retira o material e qual o destino dele, o que o Sr. Eusébio respondeu que retira, mas não sabe informar a destinação. Sr. Sidnei respondeu que o material tem sido usado principalmente pela Secretaria de Obras e SAGRA para melhorias em ruas sem pavimentação. Sr. Ricardo Coube comentou que como cidadão todos deveriam ficar contentes com esse tipo de ação porque, em Bauru, a construção civil é uma das áreas que mais emprega e se não houvesse essa logística de movimentação causaria grande desemprego. Sr. Carrijo comentou que o problema ocorre em função da lei ambiental e do Ministério Público porque a questão é quem é responsável pela destinação final do resíduo. Sr. Eusébio continuou contando que, ao longo dos anos que a Asten esteve nessa área, como não havia o beneficiamento do material, ele foi sendo depositado, então hoje tem cerca de 1.300.000m<sup>3</sup> (um milhão e trezentos mil metros cúbicos) de entulho e o Ministério Público quer que seja retirado, mas para isso ele precisa ser beneficiado e a associação por ser sem fins lucrativos topou fazer esse serviço, mas essa é uma questão pública então realmente é necessária uma licitação para determinar a



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



empresa que irá continuar. Sr. José Aparecido comentou que essa é uma iniciativa louvável, que ainda não sabe o porquê de não estar sendo processado como é necessário e que esse problema de resíduos da construção civil já vem de muito tempo, que ele acompanha, e foi mencionado que são quase 400km (quatrocentos) quilômetros de estradas rurais que precisam ser conservadas, mas o uso desse material precisa ser bem dinamizado e seletivo - em tempo de chuva abre aqueles buracos e joga o material, jogar não é assentar - o resultado disso vai ser piorar em vez de melhoras porque o material será carregado e provocará mais assoreamentos, o que poderá criar novos problemas. Reforçou que é louvável a iniciativa, desde que seja executada com técnica, até mesmo porque as estradas rurais, como colocado pelo Sr. Renato têm de ser adequadas para se usar de revestimentos, acrescentado que se houvesse o pensamento empreendedor desde o começo já poderia ter desenvolvido um mecanismo de processamento. Afirmou ainda que é possível pensar mais longe já que materiais como tijolos podem ser reaproveitados para produção agrícola, existem pesquisas que mostram que tijolo triturado em solo arenoso aumenta a produtividade. Sr. Eusébio comentou de que desde uns dois anos a Prefeitura tem um olhar mais apurado nessa situação e que chegou-se à conclusão de que, como a Prefeitura não tinha como fazer de imediato esse trabalho de beneficiamento, coube alugar um equipamento para triturar o material que a Prefeitura já utiliza desde janeiro desse ano, mas não pode continuar como está, é preciso ampliar a discussão e fazer com que seja fomentado de forma legal. Hoje a formalização é precária e a associação não é uma empresa, é uma entidade sem fins lucrativos e os associados alugam a caçamba e não há lucro com esse resíduo, assim defeniou-se no passado um local para se colocar esse material e alguém precisava fazer a separação, sendo que a Prefeitura não tinha material nem servidores para isso e à época a Asten foi procurada para fazer esse trabalho e isso está sendo feito até hoje. Porém, em determinado momento, a CETESB afirmou que não pode continuar a ser feito dessa maneira, mas até então a associação não tinha essa expertise porque não era sua função e agora a Prefeitura vai ter que achar uma solução porque não tem mais o acordo que expirou e precisa ser feito de forma legal. Sr. Sidnei contou que em 2003 (dois mil e três) que começou a ser estudada a questão das caçambas e entulhos no município porque até então eles eram jogados em qualquer lugar, quando também foi incentivada a criação da associação. No entanto, a associação enfrentava a mesma falta de recursos enfrentada pela Prefeitura e na maioria das vezes era necessária a colaboração dos associados para compra de maquinário e equipamentos. Assim, a SEMMA decidiu que o que fosse necessário poderia ser embutido no valor do transporte, hoje do que é pago da locação da caçamba, R\$ 70,00 (setenta reais) vai para custear essa triagem e o trabalho que é feito dentro da área. Em 2008 (dois mil e oito) foi montado o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, visitou várias cidades com uma equipe para conhecer o trabalho feito nelas e trazer isso para o Plano, que foi aprovado pelo COMDEMA à época e que, de acordo com a Resolução do CONAMA, previa pequeno, médio e grande gerador. Acrescentou que a própria Resolução do CONAMA já fala que a criação de ecopontos é responsabilidade do município - que foram criados e estão espalhados pela cidade - e hoje, só nos ecopontos a SEMMA transporta 240 (duzentas e quarenta) caçambas só de resíduos



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



fora o que a Asten recebe, e lá atrás já houve manifestação para que as empresas se interessassem por isso, para britar o material e que a intenção da SEMMA era a de que as pessoas comprassem esse material já beneficiado. O município incentivou dando uma área para o Portal Rays e outra para a Reghini e a Prefeitura conseguiu uma usina montada junto da usina de asfalto. Hoje, beneficiar resíduo é mais caro do que comprar a matéria prima, contando que foi Secretário de Obras por um mandato e meio e que verificou a realidade dos preços e que comprar rachão sai mais barato que comprar o agregado reciclado. No entanto, a Prefeitura tem de comprar o que é mais barato e então as empresas Rays e Reghine não conseguiram vender o material que estavam trabalhando porque há produtos mais baratos e por isso o projeto não deu certo. Em 2011 (dois mil e onze) foi liberada a área da cava para a Asten e o primeiro termo assinado em 2013 (dois mil e treze), tem tudo documentado dentro da Secretaria, a vida útil da cava extinguiu e não dá para continuar com o que está fazendo. Sr. Renato perguntou se a Prefeitura terá dinheiro para utilizar esse material porque ele é ótimo, mas precisa ser preparado para isso e, o Sr. Sidnei concordou e respondeu que a ideia é fazer um chamamento público para apenas um ano, que é o que foi determinado pelo jurídico municipal, o qual também é contra montar qualquer usina naquele lugar por conta de algumas leis, assim o que ficou decidido após reunião com o MP é que, como o material custa mais caro hoje, a Prefeitura tem que dar incentivos para quem for montar a usina. Assim, será mandado o projeto de lei para a Câmara aprovar ou não e as usinas que estiverem beneficiando serão isentas de ISS - Imposto sobre serviço - como forma de incentivo; o resíduo vai ter que ganhar comércio então, desde que tenha preço compatível, toda construção vai ser obrigada a comprar e usar esse material porque ninguém quer comprar material reciclado e hoje estamos falando só de um produtos, mas desses resíduos saem vários outros produtos. Sr. Renato questionou se a possibilidade de triturar, processar mais o resíduo, se ainda sai mais caro que o do mercado e o Sr. Sidnei esclareceu que sim, porque só de imposto estadual tem mais 15% (quinze por cento) sobre o produto e tirando esse imposto vai forçando a equilibrar. Disse ainda que, quando Secretário de Obras, procurou para comprar, mas nunca encontrou um preço compatível, pois tinha de seguir a regra do mais barato; assim, essa lei em elaboração já prevê que a Prefeitura deve compra 10% (dez por cento) ao ano desse material e o município não chegou a comprar nem meio por cento em todos esses anos. Concluiu reforçando que a lei que vai ser enviada à Câmara dá incentivo com isenção de ISS para quem britar o material e força sua colocação no ciclo produtivo de construção civil do município. Sr. Carrijo questionou a iniciativa da lei, o que o Sr. Sidnei disse que é iniciativa da Prefeita pois está partindo da SEMMA, acrescentando que a lei precisa ser aprovada para entrar em vigor no próximo ano e acrescentou que não será chamamento público, pois pelo que o jurídico adiantou pode ser dispensa de licitação e assim a única usina que seria credenciada seria a do Portal Rays, assim por doze meses vai ser um contrato de dispensa com subsídio pela Prefeitura e já está sendo visto com o MP o que será feito com o material porque não basta ter a área, é preciso dar destinação ao material. A Prefeitura fez a proposta ao MP de que a área da cava fique em standby, será contratado o levantamento planialtimétrico e se for determinado que parte dos resíduos precisam ser retirados,

M





## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



eles serão e se falar que não tem necessidade serão feitos cortes nos taludes redefinindo a captação de água e a recuperação florestal, que era o projeto origina, salientando que não é tão simples de resolver, mas que tem como, posicionamento para o qual Sr. Carrijo manifestou concordância. Sr. Renato afirmou que esse material tem instabilidade e não pode construir em cima, a menos que seja trabalhado, por isso importante ser colocado em área para recuperação ambiental. Sr. Carrijo afirmou que a CETESB apontou que o problema é que na cava foram colocados materiais sem triagem e o Sr. Renato afirmou que a CETESB deu uma autorização para transbordo. Sr. Sidnei contou que, teoricamente, a CETESB não deu autorização para nada e o Sr. Renato afirmou que ela não aceita esse excesso porque é um transbordo. Sr. Sidnei explicou que a CETESB quer o licenciamento reverso da área, o que incluir provar que não houve contaminação e fazer o monitoramento, independentemente do que for fazer na área e desde que se faça documentado. Sr. Carrijo salientou um problema que já ocorreu em outros municípios: de que o custo para fazer o manejo é absurdo, então o embate jurídico que fica é se essa responsabilidade será da Asten ou do município. Sr. Sidnei afirmou que, depois de serem feitos os estudos, quem fará isso não será nem a Asten nem o município, mas os profissionais contratados para desenvolver os projetos e o Sr. Carrijo comentou que é uma questão de bom senso, uma vez que todos sabem que a solução está sendo bem encaminhada e tem que ser técnica, mas existe um passivo ambiental que, independentemente da Asten ou Prefeitura, quem responde são as pessoas físicas - na empresa o dono e no poder público a Prefeita e o Secretário -, ou seja, a responsabilidade é elevadíssima, portanto o assunto tem de ser tratado com muito cuidado. Sr. Sidnei continuou afirmando que se houvesse mais de uma usina licenciada no município seria feito um chamamento em vez de dispensa de licitação, assim como foi feito o credenciamento para castração de animais domésticos no qual o valor foi rateado para diversas clínicas, mas não é possível fazer o chamamento porque só tem uma usina. Contou que conversou com Gérson Reghine e solicitou que colocasse a usina para operar, mas ele lhe informou que a área que possui é incompatível para o trabalho proposto - ele tem 9.000m (nove mil metros), mas precisaria de pelo menos 20.000m (vinte mil metros) - assim se ele colocasse para funcionar, seria possível abrir o chamamento e dividir o valor para as duas usinas. Afirmou que a intenção não é trazer empresas de fora porque levaria muito tempo para montar a usina e colocá-la para funcionar, de 6 a 8 (seis a oito) meses; e que o jurídico municipal só concorda coma instalação de usina se for para retirar o material que já está lá, a usina seria montada lá para beneficiar o material que já tem, não o que vai chegar. Explicou que mesmo tendo de fazer com a única usina que tem, será feita pesquisa de mercado em outros municípios e cotação de preços conforme manda a legislação, ficando a decisão ao Jurídico e não à SEMMA. Sr. Carrijo questionou se existe por parte do Ministério Público intenção de firmar algum termo de compromisso, o que o Sr. Sidnei respondeu que o promotor Dr. Sciulli falou, inclusive em entrevista na rádio, que sente que não existe mais forma de formalizar termo de compromisso e que irá partir para parte administrativa, ou seja, vai fazer o que a CETESB indicar, então provavelmente fará TAC dando prazo para que a Prefeitura apresentar projetos da área da cava com o que vai ser feito lá e com os resíduos gerados a partir

M



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



de agora. Encerrou a explicação agradecendo o trabalho da Asten na área e afirmando que a prefeitura pretende, dentro de 30 (trinta) dias, começar com os trabalhos da dispensa de licitação e que tudo indica que será mesmo a Portal Rays. Sr. Ricardo Coube perguntou se a usina de asfalto ainda funciona, o que o Sr. Sidnei respondeu que sim; Sr. Renato afirmou que se esse material for agregado junto com o asfalto fica um asfalto ótimo, colocação com a qual Sr. Sidnei concordou. Sr. Carrijo encerrou o assunto afirmando que quando se tenta ajudar como conselho percebe-se que cada um fica em defensiva e os problemas vão aumentando, todos têm boa intenção, mas precisa fazer andar e quando fixar o TAC vai precisar fazer andar mesmo porque a responsabilidade passa a ser criminal, passando para o último assunto. **5. Revitalização da Praça Rui Barbosa** - Sr. Carrijo passou a palavra ao Sr. Levi o qual explicou que a SEMMA está fazendo um trabalho quanto às contrapartidas que precisam ser feitas quando se faz um empreendimento no Bauru, elas são mitigações ou alguma coisa nesse sentido que precisa ser feito num raio de 2km (dois quilômetros) do empreendimento, mas todos os empreendimentos são feitos zona sul, nunca nos bairros mais afastados que acabam ficando sem investimentos. Assim, tem conversado com o promotor porque acredita que a contrapartida deveria ser do outro lado dos investimentos, onde ninguém quer investir porque a própria Prefeitura não tem dinheiro suficiente para atender todos esses lugares. Contou que, quanto à Praça Rui Barbosa, uma das ideias é trazer uma empresa para reativar o chafariz e que a Praça está se transformando numa cracolândia, inclusive a Polícia Militar já procurou a Prefeitura quanto a isso, que já fez algumas intervenções. A EMDURB foi ameaçada e que há cerca de dois meses foi feita uma força tarefa entre as secretarias com apoio da Polícia Militar e foi feito um faxinão e que agora, a ideia é trazer o poder privado para ajudar nessas revitalizações, se houvesse um empreendimento a dois quilômetros da Praça Rui Barbosa poderia haver então uma mitigação como contrapartida, mas área central é difícil. Contou que chegou ao extremo de arrancar tudo, não ficando nenhuma grama aos pés das árvores, para facilitar o serviço e que a ideia é ter uma base da polícia na Praça Rui Barbosa, algo que já está avançado junto à Prefeita. Outra ideia é que as empresas procuram a SEMMA porque querem fazer propaganda na Praça, mas como é espaço público não é permitido, então a SEMMA tentou fazer uma Resolução, mas o Jurídico entende que precisa ser feito por decreto para limitar um espaço que possa ser explorado na Praça e assim levar movimento e vida, melhorando o ambiente. Sr. Carrijo questionou se afetará a igreja lembrando de outro episódio quando um Prefeito mandou derrubar uma igreja para passar a rua e causou excomunhão do município, também contou que participou da reunião na Prefeitura com outras secretarias e a Polícia e fica feliz que o Timburi foi podado e não derrubado e ele traz essa briga pela conservação das árvores tombadas. Sr. Sirlei disse que setembro é o mês da árvore e que poderia ser feito um trabalho nesse sentido. Sr. Levi comentou que tecnicamente a árvore já está com pouco tempo de vida, e que se tenta manejar porque os galhos podem cair e machucar alguém; contou que teve esse problema com uma copaíba no Mary Dota que está totalmente seca e fica num local onde é realizada feira, então se caísse seria um grande problema já que poderia cair em cima de alguém, então a SAGRA solicitou que fosse cortada. Então, tiraram os galhos que estão mais perigosos e o processo para

M



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



seu destombamento e supressão deve chegar para análise do COMDEMA, afirmou, acrescentando que uma moradora filmou e publicou o vídeo e três vereadores ligaram para ele por causa disso, ou seja, não dá para agradar a todos. Contou que teve um embate desses com a vereadora Chiara porque do lado do Green tem um bosque com vários eucaliptos que foram plantados pelo pai da vereadora, mas foi construída uma escola perto desse bosque e a defesa civil apontou o risco de queda dos eucaliptos e mandou retirar, e a SAGRA iria usar esses eucaliptos para fazer pontes na área rural, então quando foi cortar deu um grande problema com a vereadora, mesmo com o apontamento da defesa civil pelo risco à escola. **6. Outros assuntos** - Sr. Ricardo Coube esclareceu que seu posicionamento quando a Câmara Técnica pune o munícipe se dá exatamente por tudo que ouve na reunião da falta de dinheiro, de estrutura etc, então o entendimento tem de ser que o trabalho precisa ser feito a longo prazo porque tudo isso que acontece em Baurópolis é tudo muito novo, inclusive o marco do saneamento saiu agora, acha tudo válido e importante, mas punir é um exagero. Sr. Sidnei afirmou que, como servidor da SEMMA, concorda com o posicionamento, pois uma coisa é você suprimir a árvore, arrancar sem autorização e outra coisa é você fazer uma poda, mesmo que drástica, mas que a árvore se recuperou depois. Se ela se recuperou, seu entendimento é que seja aplicada advertência e manter um banco de dados para educar a população porque aplicar a pena deixa todo mundo revoltado. Sra. Sirlei concordou afirmando que precisa ser melhorada toda a parte social da atuação da SEMMA. Sr. Sidnei disse que precisa mudar a lei e contou o fato de que, quanto às queimadas nos terrenos, também era feita a multa direto até que um dia foi multado um vereador e daí num instante mudaram a lei para a instituição da advertência antes da multa. Sr. Renato comentou que a árvores é espécie inadequada em local inadequada, porque cada espécie reage de uma forma, cada caso é um caso então é preciso corrigir essa situação de que a lei é geral e não considera as diferenças e adequações de localidade das espécies. Sr. Sidnei concordou e encerrou afirmando que hoje a maior parte das pessoas de Baurópolis odeiam árvores. Sr. Carrijo contou que foi a uma audiência pública na Câmara a cerca de vinte dias na qual foi discutida a questão da espatódia e faz vinte anos que é proibido plantar a espécie no município, mas mesmo assim ela continuou sendo plantada sem fiscalização, e ele fez esse questionamento na audiência de que se *“faz vinte anos que é proibido plantar espatódia porque que estamos discutindo isso aqui numa audiência pública?”*, se posicionando para que seja responsabilizado quem não fez a fiscalização. Encerrou concordando com o Sr. Ricardo Coube sobre o fato de que às vezes se criam mecanismos que não são cumpridos e não há estrutura ou dinheiro, se vê que são hoje 680 (seiscentas e oitenta) praças para 14 (quatorze) servidores da SEMMA cuidarem e a solução é a Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara que precisa destinar mais recursos ao meio ambiente. Sra. Fátima afirmou que a questão do meio ambiente e ecologia foi descuidada por muito tempo porque achava-se que os recursos naturais eram infinitos e agora descobrimos que não é isso e cabe aos presentes tomar medidas para garantir as condições futuras. Acrescentou que muito hoje precisa ser mudado porque no passado foi feito errado. Sr. Levi disse que a lei da arborização para ser mudada precisa de consultas populares e discussões, e solicitou ajuda do COMDEMA quanto a isso e também

M



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



quanto à elaboração do Orçamento Participativo, acrescentando que já foi feita a atualização da lei várias vezes mas resultou inconstitucional porque não teve a consulta popular. Sr. José Aparecido se apresentou a todos, membro da AGB e da Pastoral de Ecologia, contando que estão desesperados quanto à incidência de queimadas num local no Jardim Europa em que constantemente resíduos de catadores e plástico de cobre queimado são incendiados. Sr. Levi disse que a SEMMA já esteve no Ministério Público para tratar desse assunto e um dos principais problemas é que não é possível multar, além normalmente é a própria pessoa que faz a separação naquele local e coloca fogo no restante e que os fiscais já foram ameaçados. Então, foi feito um acordo com o Ministério Público para que seja feito um trabalho junto com a SEBES para ver se é possível identificar essas pessoas e amenizar a situação de alguma forma. Sr. Carrijo afirmou que problemas de meio ambiente não têm fronteiras e que esse problema é gravíssimo porque afeta a saúde além do próprio meio ambiente. Sem mais comentários a reunião foi encerrada às 11h41 (onze horas e quarenta e um minutos), ficando a reunião do dia vinte e nove de julho, conforme calendário, marcada para se realizar também no Centro de Educação Ambiental do Horto Florestal. Eu, Talita C. Mota, lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovado, será assinada por todos.

---

**SIDNEI RODRIGUES**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMMA)  
Titular

---

**GILDA MARIA S. CARVALHO**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMMA)  
Suplente

---

**ANA ELISA MOURA TALON**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)  
Titular

---

**NATASHA LAMÔNICA**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)  
Suplente

---

**OTAVIANO ALVES PEREIRA**  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E  
ABASTECIMENTO (SAGRA)  
Titular

---

**LUIZ FERNANDO N. SILVA**  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E  
ABASTECIMENTO (SAGRA)  
Suplente



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

RODRIGO CÉSAR DA SILVA  
SECRETARIA DE OBRAS (SMOP)  
Titular

---

MATHEOS DE LIMA CARVALHO  
SECRETARIA DE OBRAS (SMOP)  
Suplente

---

DANIEL GODOY TARCINALLI  
SECRETARIA DE SAÚDE (SMS)  
Titular

---

EZEQUIEL APARECIDO DOS SANTOS  
SECRETARIA DE SAÚDE (SMS)  
Suplente

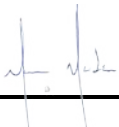
---

SIRLEI SEBASTIANA P. CAMPOS  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SME)  
Titular

---

LÍGIA MARIA R. REMAEH  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SME)  
Suplente

---

  
MARCELO MAKINO  
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
URBANO E RURAL (EMDURB)  
Titular

---

IVALDO APARECIDO RIO PERES  
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
URBANO E RURAL (EMDURB)  
Suplente

---



---

CARLOS ALBERTO FERREIRA RINO  
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)  
Titular

---

WESLEY PASSETO DE FREITAS  
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)  
Suplente





CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

MARCELO RAYAL DIAS  
DEFESA CIVIL  
Titular

---

PAULO RODRIGUES  
DEFESA CIVIL  
Suplente

---

LEO ARTUR MARESTONI  
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL  
Titular

---

CRISTIANE MARTINEZ DAMIATI  
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL  
Suplente

---

RENATO THEODORO DELGADO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
INTEGRAL (CATI)  
Titular

---

EDUARDO CAMINERO GOMES  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
INTEGRAL (CATI)  
Suplente

---

BRUNA ARANTES PARRERA PINTO  
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA  
ELÉTRICA (DAEE)  
Titular

---

FABIO MICHELOTO MITICA  
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA  
ELÉTRICA (DAEE)  
Suplente

---

MARIA IZABEL M. DE MEDEIROS  
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS  
AGRONEGÓCIOS (APTA)  
Titular

---

ELISANGELA MARQUES J. TORRES  
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS  
AGRONEGÓCIOS (APTA)  
Suplente



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

JOSÉ PAULO BRAGA SAMPAIO  
FUNDAÇÃO FLORESTAL  
Titular

---

NELSON ANTONIO GALLO  
FUNDAÇÃO FLORESTAL  
Suplente

---

ALOISIO COSTA SAMPAIO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)  
Titular

---

PRISCILA TELLES DE OLIVEIRA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)  
Suplente

---

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS  
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS  
(AGB)  
Titular

---

LOURENÇO MAGNONI JÚNIOR  
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS  
(AGB)  
Suplente

---

JOSÉ RICARDO SCARELLI CARRIJO  
INSTITUTO AMBIENTAL VIDÁGUA  
Vice-Presidente

---

JOSÉ PILI CARDOSO FILHO  
INSTITUTO AMBIENTAL VIDÁGUA  
Suplente

---

ADRIANO EVANDIR MARCHELLO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO  
(UNISAGRADO)  
Titular

---

BEATRIZ ANTONIASSI TAVARES  
CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO  
(UNISAGRADO)  
Suplente



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

SIMONY SILVA COELHO  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)  
Presidente

---

KLEITON JOSÉ CARRARA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)  
Suplente

---

JOÃO CARLOS HERRERA  
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS,  
ARQUITETOS E AGRÔNOMOS (ASSENAG)  
Titular

---

ALFREDO NEME NETO  
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS,  
ARQUITETOS E AGRÔNOMOS (ASSENAG)  
Suplente

---

RICARDO CREPALDI  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA  
SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES)  
Titular

---

FÁBIO HENRIQUE FARIA  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA  
SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES)  
Suplente

---

GÉRSON LUIZ ALVES PINHEIRO  
FÓRUM PRÓ-BATALHA  
Titular

---

VAGO  
FÓRUM PRÓ-BATALHA  
Suplente

---

MÁRCIO COLIM  
INSTITUTO DE ARQUITETOS BRASILEIROS (IAB)  
Titular

---

MIRELLE BITTENCOURT MARTINS  
INSTITUTO DE ARQUITETOS BRASILEIROS (IAB)  
Suplente



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

RICARDO MARQUES COUBE  
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO  
PAULO (CIESP)  
Titular

---

CAIO CÉSAR PASSIANOTTO  
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO  
PAULO (CIESP)  
Suplente

---

ADILSON ELIAS DE O. SARTORELLO  
SINDICATO DA HABITAÇÃO (SECOVI)  
Titular

---

RODRIGO RIAD SAID  
SINDICATO DA HABITAÇÃO (SECOVI)  
Suplente

---

EUSÉBIO GIRALDES DE C. JÚNIOR  
ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES DE  
ENTULHO E AGREGADOS (ASTEN)  
Titular

---

NELSON CORREA PINTO  
ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES DE  
ENTULHO E AGREGADOS (ASTEN)  
Suplente

---

GABRIEL TEMER FERES  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
(CREA)  
Titular

---

RAFAEL ALBIERI FRANCISCO  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA (CREA)  
Suplente

---

GISELE MORETTI  
COOPERATIVA ECOLOGICAMENTE CORRETA  
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COOPECO)  
Titular

---

BENEDITA GONÇALINA MOREIRA  
COOPERATIVA ECOLOGICAMENTE CORRETA  
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COOPECO)  
Suplente



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COMDEMA)



---

LUIZ MIGUEL AXCAR  
INSTITUTO FRUTO URBANO  
Titular

---

LORENA FAGUNDES MONTAGNANE  
INSTITUTO FRUTO URBANO  
Suplente

---

VAGO  
INSTITUTO SOMA  
Titular

---

VAGO  
INSTITUTO SOMA  
Suplente